Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Maria Elizabeth Baltar
Carneiro de Albuquerque

Instrumentos de Representação Descritiva da Informação

Semestre

2

Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

Instrumentos de Representação Descritiva da Informação

Semestre

2

Brasília, DF

Rio de Janeiro

Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis

Departamento
de Biblioteconomia

2018

Caro leitor,

A licença CC-BY-NC-AS, adotada pela UAB para os materiais didáticos do Projeto BibEaD, permite que outros remixem, adaptem e criem a partir desses materiais para fins não comerciais, desde que lhes atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. No interesse da excelência dos materiais didáticos que compõem o Curso Nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância, foram empreendidos esforços de dezenas de autores de todas as regiões do Brasil, além de outros profissionais especialistas, a fim de minimizar inconsistências e possíveis incorreções. Nesse sentido, asseguramos que serão bem recebidas sugestões de ajustes, de correções e de atualizações, caso seja identificada a necessidade destes pelos usuários do material ora apresentado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sem título 13

Figura 2 – Sem título 13

Figura 3 – Cena do filme *Missão impossível* 14

Figura 4 – Catálogos: uma das principais fontes de acesso à informação 17

Figura 5 – A catalogação ao longo da história 18

Figura 6 – A cada dia, mais informações para armazenar 18

Figura 7 – Tablete de argila com escrita cuneiforme, Mesopotâmia, *Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo* 19

Figura 8 – Códice 21

Figura 9 – *Anthony Panizzi* 24

Figura 10 – Sala de leitura do Museu Britânico 24

Figura 11 – *Charles Coffin Jewett* – bibliotecário americano 26

Figura 12 – Instituto Smithsoniano 26

Figura 13 – *Charles Ammi Cutter,* bibliotecário americano 27

Figura 14 – Capa do livro *Regras para um catálogo dicionário* 27

Figura 15 – *Paul Otlet* e *Henri La Fontaine* em frente à porta do Palais Mondial 29

Figura 16 – *Carl Dziatzko* – bibliotecário alemão 30

Figura 17 – *ALA Cataloging Rules For Author And Title Entries* 33

Figura 18 – Modelo de ficha catalográfica de livro com descrição de suas áreas 34

Figura 19 – Conjunto de fichas catalográficas 34

Figura 20 – Biblioteca Apostólica do Vaticano 35

Figura 21 – Uma infinidade de documentos para catalogar 39

Figura 22 – Tendências no tratamento da informação 47

Figura 23 – Edições das *ISBD* 48

Figura 24 – Modelo de ficha normalizada 49

Figura 25 – Diálogo em alemão 51

Figura 26 – Registro bibliográfico pontuado (*ISBD*) 52

Figura 27 – Ficha catalográfica – modelo *ISBD* 53

Figura 28 – Capa da edição consolidada do *ISBD* 53

Figura 29 – Segunda edição do *AACR* 55

Figura 30 – Ficha exemplo 58

Figura 31 – *Tabela de Cutter* 59

Figura 32 – Capa do livro 61
Figura 33 – Dados da obra 62
Figura 34 – Descrição em primeiro nível 62
Figura 35 – Descrição em segundo nível 62
Figura 36 – Descrição em terceiro nível 63
Figura 37 – Capa e dados do livro 64
Figura 38 – Ficha 64
Figura 39 – Capa e dados do livro 65
Figura 40 – Ficha 65
Figura 41 – Trecho da *Tabela Cutter* 66
Figura 42 – Capa e dados do livro 67
Figura 43 – Ficha 67
Figura 44 – Capa e dados do livro 68
Figura 45 – Ficha 68
Figura 46 – Capa e dados do livro 69
Figura 47 – Ficha 69
Figura 48 – Capa e dados do livro 69
Figura 49 – Ficha 70
Figura 50 – Capa e dados do livro 70
Figura 51 – Ficha 70
Figura 52 – Capa e dados do livro 71
Figura 53 – Ficha 71
Figura 54 – Capa e dados do livro 72
Figura 55 – Ficha 72
Figura 56 – Capa e dados do livro 76
Figura 57 – Ficha 77
Figura 58 – Capa e dados do livro 77
Figura 59 – Ficha 78
Figura 60 – Capa e dados do livro 78
Figura 61 – Ficha 79
Figura 62 – Logomarca da *RDA* 79
Figura 63 – O desafio digital 93
Figura 64 – Salão principal da *Library of Congress (LC),* nos EUA 94
Figura 65 – MARC 97
Figura 66 – Tese de doutorado 98

Figura 67 – CALCO: um sistema de intercâmbio bibliográfico de informações 104

Figura 68 – Novos modelos facilitaram a pesquisa pelo leitor 117

Figura 69 – Relacionamentos entre as entidades do Grupo 1 do FRBR.... 119

Figura 70 – Relacionamentos entre as entidades dos Grupos 1 e 2 do FRBR.. 120

Figura 71 – Relacionamentos de assunto no FRBR.................................. 120

Figura 72 – Base conceitual para o modelo conceitual............................ 125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Registro bibliográfico formatado por área da *ISBD* 52
Quadro 2 – Sinais de pontuação 60
Quadro 3 – Estruturas do *AACR2* e *RDA* 83
Quadro 4 – Terminologias do *AACR2* e *RDA*.. 83
Quadro 5 – Abreviaturas *AACR2* e *RDA* 83
Quadro 6 – Exemplos de abreviações *AACR2* e *RDA*............................... 84
Quadro 7 – Designações gerais dos materiais 84
Quadro 8 – Tipos de autoria 85
Quadro 9 – Estrutura dos campos MARC 97
Quadro 10 – Dados referentes a Tese 98
Quadro 11 – Caracteres CCF.. 102
Quadro 12 – Tarefas do usuário FRAD 124
Quadro 13 – Tarefas do usuário FRSAD 127
Quadro 14 – Entidades do FRSAD 128
Quadro 15 – Entidades para dados de autoridade assunto 128
Quadro 16 – Atributos no FRSAD.. 128
Quadro 17 – Relacionamento entre diferentes tipos de entidades............ 129
Quadro 18 – Relacionamento entre entidades do mesmo tipo................. 129

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA	13
1	**UNIDADE 1: PERCURSOS HISTÓRICOS DA CATALOGAÇÃO E DOS CATÁLOGOS**	15
1.1	OBJETIVO GERAL	15
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.3	INTRODUÇÃO	17
1.4	A CATALOGAÇÃO NO TEMPO	18
1.5	O QUE SÃO CATÁLOGOS?	19
1.5.1	**Quando começou?**	19
1.5.2	**Idade Média**	20
1.5.3	**Séculos XV a XVIII**	21
1.5.4	**Atividade**	22
1.6	AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE PADRONIZAÇÃO	23
1.6.1	**Funções do catálogo**	25
1.6.2	**Atividade**	27
1.6.3	**Objetivos do catálogo**	29
1.6.4	**Atividade**	31
1.6.5	**Códigos de catalogação**	32
1.6.6	**Atividade**	38
1.6.7	**Vamos conhecer um pouco sobre o controle bibliográfico?**	39
1.6.8	**Atividade**	41
	RESUMO	42
	SUGESTÃO DE LEITURA	43
	REFERÊNCIAS	43
2	**UNIDADE 2: INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO: NORMAS E CÓDIGOS**	45
2.1	OBJETIVO GERAL	45
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	45
2.3	COMO ANDA O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO?	47
2.4	*DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA NORMALIZADA INTERNACIONAL (ISBD)*	47
2.4.1	***ISBD* Consolidada**	53
2.5	*CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO AMERICANO (AACR)*	54
2.5.1	**Estrutura do *AACR2***	55
2.5.2	**Atividade**	56
2.5.3	**Estrutura da descrição**	57
2.5.3.1	*Áreas*	58
2.5.3.2	*Pontuação*	59
2.5.3.2.1	Sinais de pontuação	60
2.5.3.3	*Margens*	60

2.5.3.4 *Níveis de detalhamento na descrição* ... 60
2.5.4 **Áreas e elementos da descrição bibliográfica** ... 63
2.5.4.1 *Área 1: do título e da indicação de responsabilidade* ... 63
2.5.4.1.1 Título principal em duas ou mais línguas e/ou alfabetos diferentes ... 64
2.5.4.1.2 **Atividade** ... 65
2.5.4.1.3 Título alternativo ... 67
2.5.4.1.4 Título equivalente ... 67
2.5.4.1.5 Indicação de responsabilidade ... 69
2.5.4.2 *Área 2: da edição* ... 71
2.5.4.3 *Área 3: dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação)* ... 72
2.5.4.4 *Área 4: da publicação, distribuição etc.* ... 72
2.5.4.4.1 Pontuação ... 73
2.5.4.4.2 Lugar de publicação ... 73
2.5.4.4.3 Editor, distribuidor etc. ... 73
2.5.4.4.4 Data de publicação, distribuição etc. ... 74
2.5.4.5 *Área 5: da descrição física* ... 75
2.5.4.6 *Área 6: da série* ... 76
2.5.4.7 *Área 7: das notas* ... 76
2.5.4.7.1 Pontuação ... 76
2.5.4.8 *Área 8: do número normalizado e modalidades de aquisição* ... 77
2.6 *RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA)* ... 79
2.6.1 **Estrutura do *RDA*** ... 81
2.6.2 **Atividade** ... 85
RESUMO ... 87
SUGESTÃO DE LEITURA ... 88
REFERÊNCIAS ... 88
3 **UNIDADE 3: INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA: FORMATOS DE INTERCÂMBIO** ... 91
3.1 OBJETIVO GERAL ... 91
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS ... 91
3.3 O UNIVERSO BIBLIOGRÁFICO E O DESAFIO DIGITAL ... 93
3.4 *MACHINE READABLE CATALOGING* (MARC) ... 94
3.4.1 **Estrutura** ... 96
3.4.2 **Atividade** ... 99
3.5 COMMON COMMUNICATION FORMAT (CCF) ... 101
3.5.1 **Estrutura** ... 101
3.6 CATALOGAÇÃO LEGÍVEL POR COMPUTADOR (CALCO) ... 104
3.6.1 **Estrutura** ... 105
3.6.2 **Atividade** ... 106
3.7 FORMATO *IBICT* ... 107
3.7.1 **Estrutura** ... 108
3.8 SISTEMA MUNDIAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLÓGICA (UNISIST) ... 108
3.9 UNIVERSAL MARC (UNIMARC) ... 109

3.9.1 **Atividade** 110
RESUMO 112
REFERÊNCIAS 113
4 **UNIDADE 4: GERAÇÃO, UTILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA** 115
4.1 OBJETIVO GERAL 115
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 115
4.3 TRANSFORMAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA 117
4.4 REQUISITOS FUNCIONAIS PARA REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS (FRBR) 118
4.4.1 **Atividade** 122
4.5 REQUISITOS FUNCIONAIS PARA DADOS DE AUTORIDADE (FRAD) 123
4.5.1 **Atividade** 126
4.6 REQUISITOS FUNCIONAIS DE DADOS DE AUTORIDADE DE ASSUNTO (FRSAD) 127
4.6.1 **Atividade** 129
RESUMO 132
REFERÊNCIAS 132

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Caros alunos,

Vocês já imaginaram que, ao concluir o curso, poderão trabalhar em uma biblioteca completamente desorganizada? Ou procurar determinado documento e não encontrar?

Figura 1 – Sem título

Fonte: *Pixabay* (2016).[1]

E como farão para atender os usuários querendo a informação de forma rápida e precisa? Vão deixá-los esperando, infinitamente?

Figura 2 – Sem título

Fonte: *Freepik* (2016).[2]

Ouvi vocês responderem: "claro que não!". Muito bem!

[1] Disponível em: <https://pixabay.com/pt/livro-livro-de-endereços-1171564>.
[2] Disponível em: <http://br.freepik.com/fotos-gratis/menina-tired-que-dorme-na-biblioteca_863484.htm>.

Não esperava outra resposta! Vocês aprenderam na disciplina *Análise da Informação* como fazer a leitura e como identificar conteúdos temáticos e descritivos de vários suportes de informações, com o objetivo de organizar, recuperar informações e de atender, com mais precisão, às necessidades dos usuários.

Nesta disciplina, vocês vão conhecer os aspectos conceituais, históricos e estruturais dos *Instrumentos de representação descritiva da informação* utilizados no processo de organização da informação.

Não é uma missão impossível.

Figura 3 – Cena do filme *Missão impossível*

Fonte: *Youtube* (2011).[3]

[3] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ar0xLps7WSYNão>. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIDADE 1

PERCURSOS HISTÓRICOS DA CATALOGAÇÃO E DOS CATÁLOGOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar os percursos históricos da catalogação e dos catálogos.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

1. conhecer a história da catalogação e dos catálogos, desde a Antiguidade até os dias atuais;
2. conhecer as primeiras iniciativas de padronização.

1.3 INTRODUÇÃO

Figura 4 – Catálogos: uma das principais fontes de acesso à informação

Fonte: *Pixabay* (2013).[1]

A organização da informação é uma das principais atividades da Biblioteconomia. Nela, o profissional da informação atua como facilitador nos processos de descrição física e de conteúdo de objetos informacionais nos mais variados suportes, visando à recuperação da informação para o usuário.

A **representação descritiva**, **descrição bibliográfica** ou **catalogação**, como é mais comumente conhecida, constitui um dos principais processos de tratamento técnico. Ela abrange especificamente as descrições físicas que dizem respeito à representação de todas as características dos objetos informacionais, visando facilitar a sua recuperação e disseminação.

O termo *representação* consiste em perceber, descrever e interpretar uma informação. No procedimento, as informações contidas no documento, como autor, título, local, edição, data, entre outras, são extraídas dos suportes de informação, tratadas, organizadas e representadas em um catálogo ou base de dados, canais de comunicação entre o acervo e o usuário.

O percurso histórico do tratamento técnico da informação passou por várias etapas de desenvolvimento, que levaram aos catálogos como os conhecemos hoje. Até o início do século XX, questões teóricas ou metodológicas quanto à construção de catálogos passaram a se tornar uma necessidade cada vez maior, tendo em vista o aumento dos acervos, a diversificação do público, além do fato de o desenvolvimento científico, tecnológico e educacional exigir mais formas de divulgação e acesso à informação.

Bom estudo a todos!

[1] Disponível em: <https://pixabay.com/pt/catálogo-de-cartão-gavetas-madeira-194280>. Acesso em: 4 maio 2020.

1.4 A CATALOGAÇÃO NO TEMPO

Figura 5 – A catalogação ao longo da história

Fonte: *Pixabay* (2015).[2]

A história da catalogação está relacionada ao desenvolvimento de **catálogos** e às práticas da descrição bibliográfica, consideradas aqui como técnicas para representar documentos cujos elementos identificam os objetos a serem recuperados.

Os catálogos têm o objetivo principal de identificar todas as obras existentes em determinado acervo, independentemente de seu suporte, visando atender as necessidades de recuperação de informações de seus usuários.

Figura 6 – A cada dia, mais informações para armazenar

Fonte: *Freepik* (2016).[3]

Os catálogos surgiram para armazenar e registrar as informações sobre os itens existentes em um acervo, entretanto, sua função passou por transformações em decorrência do aumento da produção de materiais impressos e, consequentemente, da necessidade de organização para posterior recuperação.

Item – Cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas: livros, periódicos, mapas etc.

[2] Disponível em: <https://pixabay.com/pt/ampulheta-tempo-horas-areia-620397>.
[3] Disponível em: <http://br.freepik.com/fotos-gratis/desenhos-de-dispositivos-conectados_928511.htm>. Acesso em: 4 maio 2020.

1.5 O QUE SÃO CATÁLOGOS?

O catálogo é um dos instrumentos mais antigos presente nas bibliotecas, existindo desde a Antiguidade até hoje. É o instrumento de comunicação entre a biblioteca e o usuário. Segundo *Mey* (1995, p. 9):

> Catálogo é um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-se sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s).

Vamos conhecer a evolução dos catálogos em diversos momentos de sua história?

1.5.1 Quando começou?

A busca de padrões para a descrição da informação não é nova. Ela remonta às mais antigas bibliotecas de que se tem conhecimento, com vestígios da representação de documentos realizada por elas, o que lhes garantiu perpetuação histórica.

Tem-se conhecimento de que o catálogo, inicialmente, era a lista ordenada dos materiais existentes em uma ou mais coleções de biblioteca, todavia, não se sabia se tal lista era usada como catálogo. As primeiras listas, escritas pelos babilônicos, datam de 2000 a.C., com 62 títulos. Em 1400 a.C., foram encontrados tabletes de argila (Figura 7) no Egito, com registros de títulos de obras.

Figura 7 – Tablete de argila com escrita cuneiforme, Mesopotâmia,
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Fonte: *Flickr* (2010).[4]

[4] Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/53056863@N03/4896884492>. Acesso em: 4 maio 2020.

Escriba – Na Antiguidade, pessoa encarregada de escrever, como copista, secretário ou redator.

Em escavações hititas foram encontrados tabletes (1300 a.C.) com as primeiras informações bibliográficas de descrição física, como o número do tablete em uma série, o título e o escriba.

Na *Biblioteca de Assurbanipal* (Nínive, 650 a.C.), foram encontrados 20 mil tabletes com as seguintes informações: título, o número do tablete, as primeiras palavras do tablete seguinte, nome do possuidor do original, o nome do escriba e um selo de propriedade real.

Na *Biblioteca de Alexandria*, uma das mais conhecidas da Antiguidade, o sábio *Calímaco* (III a.C.) elaborou o *Pinakes* (tábuas), catálogo considerado um dos primeiros instrumentos de representação da informação. Era um catálogo com os nomes dos autores por ordem alfabética e com breve biografia de cada um deles.

1.5.2 Idade Média

Na Idade Média, predominaram as bibliotecas ligadas a ordens religiosas. "Todos os grandes mosteiros possuíam um *scriptorium* – local onde se copiavam livros – oficina de copistas em que o trabalho era distribuído aos monges." (SANTOS, 2010, p. 6). No mosteiro de Monte Cassino, *São Bento* ensinou aos monges a atividade de copiar manuscritos.

Na França, o mosteiro beneditino de Saint Requier organizou o catálogo por autor, o conteúdo e o número dos volumes de uma obra.

Na Itália, no mosteiro de Bobbio, o catálogo registra cerca de 700 volumes e na Alemanha, no mosteiro de Lorsch, cerca de 600 volumes.

Os frades agostinianos de York, na Inglaterra, organizaram uma lista de obras de autores quando os assuntos eram diferentes e, como forma de identificação, registravam as palavras iniciais da segunda folha de cada volume.

O catálogo do convento de Saint Martin, em Dover (1389), por meio da organização em três seções, já previa uma incipiente diversidade de pontos de acesso, em que uma informação poderia ser procurada, além da organização da localização física dos códices.

É interessante ressaltar que esses acervos eram fechados ao público em geral, pois os monges consideravam que a biblioteca era a guardiã dos livros.

Semestre 2

Curiosidade

Códices

Figura 8 – Códice

Fonte: *Wikimedia Commons* (2005).[5]

Os códices (Figura 8), palavra de origem latina que significa livro, bloco de madeira, eram os manuscritos gravados em madeira, em geral do período da Era Antiga tardia até a Idade Média. *Manuscritos do Novo Mundo* foram escritos por volta do século XVI.

Fonte: *Wikipédia.*

1.5.3 Séculos XV a XVIII

No século XV, com o advento da imprensa, cabe também destacar os avanços decorrentes das bibliografias universais comerciais, como o catálogo de *Amplonius Ratnik*, em Berka, entre 1410 e 1412, e a bibliografia compilada pelo bibliógrafo e bibliotecário *Johann Tritheim*, com arranjo cronológico, prevendo a recuperação pelo autor por meio de um índice, ambos na Alemanha.

Século XVI, o bibliógrafo suíço *Konrad Gesner* compilou a *Bibliografia*, organizada por autor, incluindo índice de assunto de instruções para organização de livros, e desenvolveu um sistema de classificação.

Em 1595, o livreiro inglês *Andrew Maunsell* compila seu catálogo de livros ingleses impressos a partir dos sobrenomes dos autores, organização considerada como grande novidade da época.

[5] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:KellsFol292rIncipJohn.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

No século XVIII, com o desenvolvimento da pesquisa científica alavancada pela Revolução Francesa, observa-se o crescimento do número de bibliotecas institucionais na Europa e a função do catálogo transforma-se, então, de simples inventário da coleção em ferramenta de recuperação da informação.

Durante esse período, as bibliotecas dos nobres foram confiscadas e passaram a ser públicas, levando à necessidade de catálogos para sua utilização pelo povo.

Em 1791, o catálogo em fichas é adotado pela primeira vez, utilizando-se, para sua confecção, cartas de baralho. Surge, também, o primeiro código nacional de catalogação.

Observa-se, portanto, que cada período histórico foi marcado por características próprias, determinadas pelas tecnologias disponíveis em cada época.

1.5.4 **Atividade**

Com base no que você estudou, considere:

I. Na *Biblioteca de Alexandria* foi elaborado o *Pinakes* (tábuas).

II. Podemos dizer que o códice substituiu o pergaminho como suporte da escrita, e que veio a ser substituído pelo livro impresso.

III. *Pinakes* era uma espécie de catálogo, considerado um dos primeiros instrumentos de representação da informação, contendo nomes dos autores por ordem alfabética e com breve biografia de cada um deles.

IV. A misteriosa *Biblioteca de Alexandria*, com uma coletânea de obras em escrita cuneiforme, era conhecida como *Scriptorium*.

V. Item é cada uma das partes encadernadas separadamente de uma obra.

Assinale:

a) se somente a afirmativa IV for falsa;

b) se as afirmativas falsas forem II, IV e V;

c) se as afirmativas verdadeiras forem I, II e III;

d) se todas as afirmativas forem falsas;

e) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

Resposta comentada

A alternativa correta é a **letra c)**, porque:

I. O sábio *Calímaco* (III a.C.) foi um notável bibliotecário de Alexandria, autor do *Pinakes* (tábuas), primeiro grande catálogo do acervo da biblioteca, um dos primeiros instrumentos de representação da informação. Portanto, a afirmativa é verdadeira.

II. Com o impedimento da exportação do papiro para Pérgamo, houve a necessidade de desenvolvimento de um novo tipo de suporte para a escrita, surgindo, então, o pergaminho, que possibilitou o desenvolvimento do códice (códex). Por ser resistente, o pergaminho foi a base mais utilizada no códice, garantindo sua durabilidade. O códice era composto por cadernos de folhas dobradas, impossibilitando o uso do papiro, que era frágil e quebrava ao ser dobrado. Esse tipo de encadernação foi o antecedente do livro contemporâneo. Da mesma forma que o livro que conhecemos, as páginas do códice eram escritas em ambos os lados e protegidas por uma capa. Com o desenvolvimento dos manuscritos e seus suportes, o homem chegou ao papel, que, associado ao formato do códice, foi transformado e adaptado de acordo com as necessidades, dando origem ao livro. Portanto, a afirmativa é verdadeira.

III. *Pinakes* foi o trabalho bibliográfico considerado o primeiro catálogo de biblioteca, consistindo em índices referentes ao acervo da *Biblioteca de Alexandria*. Era composto por 120 livros e organizado com base na função desempenhada pelos autores (poetas, filósofos, historiadores, oradores etc. Sua organização era feita em sistema alfanumérico, pois obedecia à ordem cronológica (período de publicação) e à ordem alfabética dos nomes dos autores, empregando a primeira palavra do texto como indicação de localização dos rolos e códices. Essa forma de arranjo e organização dos suportes físicos de informação se assemelha ao atual número de chamada. Portanto, a afirmativa é verdadeira.

IV. *Scriptorium* referia-se aos espaços, nos mosteiros e abadias da Igreja Católica, destinados à atividade dos monges copistas que, na época medieval, escreviam os manuscritos. Portanto, a afirmativa é falsa.

V. Item é cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas: livros, periódicos, mapas etc. Portanto, a afirmativa é falsa.

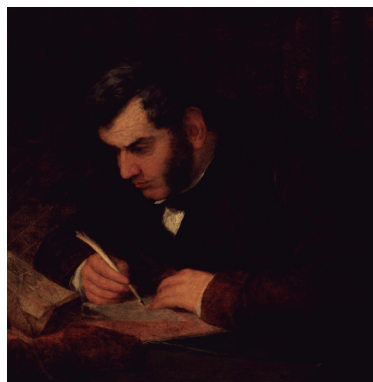
1.6 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE PADRONIZAÇÃO

No século XIX, dá-se o início da Biblioteconomia como se conhece hoje, marcada pelas contribuições dos primeiros teóricos da catalogação, que se debruçaram sobre as práticas até então realizadas.

Esse período foi marcado por várias iniciativas de padronização na descrição dos catálogos.

Curiosidade

Anthony Panizzi: bibliotecário britânico

Figura 9 – *Anthony Panizzi*

Fonte: indisponível.

O bibliotecário *Anthony Panizzi* (Figura 9) elaborou 91 regras para o *British Museum*, em 1839, tendo sua aprovação em 1841 (*Rules for the Compilation of the Catalog: Catalogue of printed books in British Museum*) pelos autores do *Museu Britânico*. Sua última edição foi em 1936.

Multimídia

The British Museum

Figura 10 – Sala de leitura do *Museu Britânico*

Fonte: *Wikimedia Commons* (2014).[6]

[6] Autor: *Diliff* – obra do próprio, CC BY 2.5. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=564849>. Acesso em: 4 maio 2020.

Aberto em 1759, o *Museu Britânico* (*British Museum*) (Figura 10), em Londres, reúne mais de sete milhões de objetos de todos os continentes. Em 2012, foi o terceiro museu mais visitado do mundo, com cerca de cinco milhões de visitantes, e o melhor de tudo: a entrada é gratuita!

Vamos visitar e conhecer o *Museu Britânico*? Acesse o endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=tYdVb8RagT0>.

Segundo *Barbosa* (1978, p. 27), entre as principais características, destacam-se:

1. a valorização da página de rosto;
2. a introdução do conceito de *autoria coletiva,* embora de maneira vaga e imprecisa;
3. a escolha do cabeçalho de entrada de um autor, de acordo com a forma encontrada na página de rosto, acatando, sempre, a *vontade do autor.* Esse cabeçalho era determinado:

– pelo prenome, quando preferido, seguido pelo sobrenome;

– pelo título, no caso de obras anônimas, seguido pelo nome do autor quando identificado;

– pelo pseudônimo, mesmo quando o nome verdadeiro fosse descoberto;

– pelo sobrenome de família, para autores pertencentes à nobreza.

1.6.1 Funções do catálogo

Segundo *Fiuza* (1987, p. 47), de acordo com as regras de *Panizzi*, o catálogo apresenta as seguintes funções:

1. um livro deve ser considerado e representado no catálogo, não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de um determinado autor;
2. todas as obras de um autor, e suas edições, devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições;
3. todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ter entradas sob seu título original, com base numa ordem prescrita (edições devem ser ordenadas cronologicamente, traduções por língua etc.), de maneira que a pessoa que esteja em busca de um livro em particular o encontre junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor sirva a seus objetivos;
4. referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada.

Em seguida, *Charles Coffin Jewett* (Figura 11), embora com algumas discordâncias de *Panizzi*, elaborou 33 regras para o catálogo da *Smithsonian Institution* (*Instituto Smithsoniano*), nos Estados Unidos da América (EUA), em 1850, dando ênfase às obras escritas sob pseudônimos e à questão da autoria coletiva. Dentre essas regras, *Barbosa* (1978, p. 28) destaca algumas modificações:

> 1. as obras escritas sob pseudônimos eram catalogadas pelo nome verdadeiro do autor, mesmo que o pseudônimo fosse mais conhecido;
>
> b) o conceito de *autoria coletiva* foi firmado, adotando para entrada das publicações oficiais americanas a abreviatura U.S., correspondente a United States.

Figura 11 – *Charles Coffin Jewett,* bibliotecário americano

Fonte: *Wikimedia Commons* (2010).[7]

Multimídia

Instituto Smithsoniano

Figura 12 – *Instituto Smithsoniano*

Fonte: *Wikimedia Commons* (2007).[8]

[7] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charles_Coffin_Jewett_cph.3c28407.jpg>.
[8] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Smithsonian_Building_NR.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

Fundado em Washington, em meados do século XIX, pelo cientista britânico *James Smithson*, o *Instituto Smithsoniano* (*Smithsonian Institution*) (Figura 12) é uma instituição educacional associada a um complexo de 19 museus e sete centros de pesquisa. Administrado pelo governo norte-americano, ele reúne 142 milhões de itens em suas coleções.

Vamos visitar e conhecer o *Instituto Smithsoniano*? Acesse o endereço: <http://www.si.edu/about>.

Curiosidade

Em 1876, *Charles Ammi Cutter* (Figura 13) criou o livro *Regras para um catálogo dicionário* (Figura 14), com 369 regras, não só para entradas de autor e título, mas também para a descrição, cabeçalhos de assunto, alfabetação e arquivamento das fichas nos catálogos.

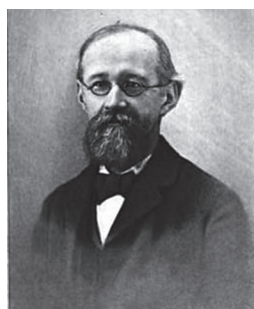
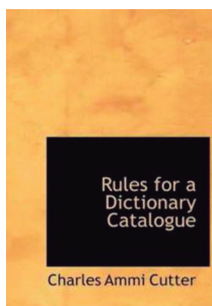
Figura 13 – *Charles Ammi Cutter*, bibliotecário americano

Fonte: *Wikimedia Commons* (2015).[9]

Figura 14 – Capa do livro *Regras para um catálogo dicionário*

Fonte: indisponível.

1.6.2 Atividade

Fiuza (1987) elenca as funções de um catálogo segundo *Anthony Panizzi* (1841). Com base no assunto, identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F):

I. Um livro deve ser considerado e representado no catálogo não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de determinado autor.

[9] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CharlesAmmiCutter_BostonAthenaeum.png>. Acesso em: 4 maio 2020.

II. Nem todas as obras de um autor, mas somente suas novas edições, devem ter entradas sob um nome definido, o nome original do autor.

III. O nome do autor definido como entrada para o catálogo independe dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições.

IV. Apenas as traduções de uma obra devem ter entradas sob seu título original.

V. Referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo:

a) V V V V V;

b) F V F V F;

c) F V F F V;

d) V V F F F;

e) V F V F V.

Resposta comentada

A alternativa correta é a **letra e)**, porque:

I. A afirmativa é verdadeira, sendo uma das 91 regras elaboradas por uma comissão que tinha como membro – coordenador *Antonio Panizzi* (1797-1879), para compilação do catálogo da biblioteca do *Museu Britânico*. Nessa regra, *Panizzi* via um item como uma edição de uma obra específica, que não deveria se relacionar só com suas outras edições, mas também com suas traduções e versões. Para o bibliotecário, essas diferentes versões de um item deveriam ser associadas entre si, por entender que um usuário poderia até conhecer a obra desejada, porém provavelmente não conheceria todas as suas diferentes edições. É, portanto, seu direito ter essa informação fornecida pelo catálogo.

II. A afirmativa é falsa, pois é recomendável o controle de ponto de acesso de autor (entrada principal ou secundária), devendo ser empregado o nome mais comumente usado nas edições originais.

III. A afirmativa é verdadeira, pois, para alcançar o objetivo de padronização que avaliza a unicidade e universalidade do item representado, as entradas, principal ou secundária, devem ser definidas, independentemente dos diversos nomes que aparecem nas distintas obras e edições.

IV. A afirmativa é falsa, pois todas as edições e traduções de uma obra devem ter entradas sob seu título original, de modo que o usuário de uma unidade de informação, ao buscar um item específico, encontre-o próximo às demais edições, permitindo escolher qual atende seus objetivos.

V. A afirmativa é verdadeira, pois as referências possibilitam a identificação de um documento, sendo essencial para averiguação e confirmação da credibilidade das afirmações contidas no item.

1.6.3 Objetivos do catálogo

Segundo *Mey* e *Silveira* (2009), *Cutter* foi o primeiro a elaborar os objetivos do catálogo, que são:

a) permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ao menos uma das informações a seguir seja conhecida:
   - o autor;
   - o título;
   - o assunto.

b) mostrar o que a biblioteca possui:
   - de determinado autor;
   - de determinado assunto;
   - de determinado tipo de literatura.

c) ajudar na escolha de um livro:
   - de acordo com sua edição (bibliograficamente);
   - de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

Segundo *Barbosa* (1978), *Cutter* consagrou a existência da escola americana de catalogação. Seu código é considerado bastante completo, por incluir regras de catalogação de assuntos e materiais e ser de fácil consulta e leitura, além de apontar claramente os objetivos de um catálogo e determinar a visão dos catalogadores. *Cutter* defendia a conveniência do público e, sobre isso, *Barbosa* (1978) esclarece: como o catálogo, em muitas bibliotecas, é o instrumento de ligação entre a informação e os leitores, a catalogação só será uma ferramenta útil e eficiente se normalizada, pois é dela que resulta o catálogo. Este, por sua vez, também se tornará mais útil quando padronizado, ou seja, quando houver um código de catalogação internacional.

Figura 15 – *Paul Otlet* e *Henri La Fontaine* em frente à porta do *Palais Mondial*

Fonte: *Wikimedia Commons* (2015).[10]

[10] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paul_Otlet_et_Henri_La_Fontaine_devant_les_portes_du_Palais_Mondial.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

Semestre 2

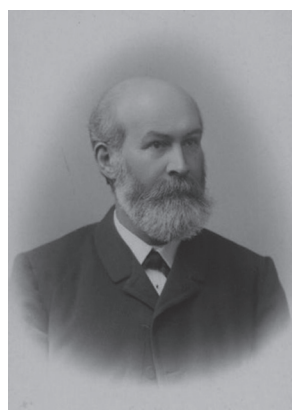
Em 1895, os belgas, *Paul Otlet* e *Henri La Fontaine* (Figura 15) fundaram o *Institut International de Bibliographie (IIB),* que, em português, era chamado de *Federação Internacional de Informação e Documentação (FID),* atualmente conhecida como *Federação Internacional de Bibliotecas e Associações de Biblioteca (IFLA).* Ao iniciarem um levantamento e registro de todas as publicações editadas em todo o mundo, *Otlet* e *La Fontaine* deram o primeiro passo para o Controle Bibliográfico Universal (CBU). Esse trabalho de compilação foi interrompido pela Primeira Guerra Mundial, por volta de 1920, sendo retomado, após a Segunda Guerra Mundial, pela *United Nations for Education, Science and Culture Organization (UNESCO),* como veremos mais adiante.

As *Instruções para os catálogos alfabéticos das bibliotecas prussianas* (*Instruktionenfür die Alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken*), publicadas em 1899 e conhecidas como *Instruções prussianas*, foram resultantes das regras compiladas pelo alemão *Carl Dziatzko*, em 1866. Essas instruções foram adotadas não só na Alemanha, mas também em outros países, como Áustria, Hungria, Dinamarca, Holanda e Noruega. Inicialmente foram reconhecidas como *Código da Real Biblioteca de Berlim*, adotando o nome de *Instruções prussianas* definitivamente, quando foram publicadas. As características principais desse código são a simplificação e a abreviação de entradas, principalmente em relação ao título.

Curiosidade

Carl Dziatzko

Bibliotecário alemão compilador das *Instruções prussianas.*

Figura 16 – *Carl Dziatzko*, bibliotecário alemão

Fonte: *Wikimedia Commons* (2009).[11]

O original das *Instruções para os catálogos alfabéticos das bibliotecas prussianas* encontra-se no seguinte endereço: <https://archive.org/stream/instruktionenfr00sass#page/n3/mode/2up>.

[11] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Dziatzko.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

1.6.4 **Atividade**

Segundo *Mey* (1995), catálogo pode ser definido como um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos e sobre os itens de um ou vários acervos. Essas mensagens, direcionadas aos usuários desses acervos, se apresentam de forma codificada e organizada, de modo que sejam agrupadas por semelhanças.

Identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

Em relação ao assunto de que trata a autora do texto:

I. Item é cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas: livros, periódicos, mapas etc.

II. Catalogação é uma atividade essencial por permitir ao usuário da unidade de informação localizar o item que procura, da forma mais rápida possível.

III. O catálogo é considerado um instrumento de comunicação por não ser responsável por informar ao usuário sobre os documentos existentes na biblioteca e sobre a pertinência a sua necessidade.

IV. A uniformidade das informações não é um fator preponderante ao se preparar o catálogo de uma unidade de informação.

V. O catálogo não permite que os usuários localizem um item específico de uma unidade de informação.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

a) V V V V V;

b) F V F V F;

c) F V F F V;

d) V V F F F;

e) V F V F F.

Resposta comentada

A alternativa correta é a **d)**, porque:

I. Item é cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas (livros, periódicos, mapas etc.), portanto, a afirmativa é verdadeira.

II. Segundo *Mey* (1995), a catalogação possui funções relacionadas ao usuário, aos itens (permitir a um item encontrar seu usuário) e às bibliotecas (localizar um item específico e saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio). Aos usuários, ela possibilita localizar um item específico, escolher entre manifestações de um item, escolher entre vários itens semelhantes e expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna. Assim, o processo torna os itens acessíveis aos usuários por meio da comunicação entre as mensagens de ambos. Portanto, é verdadeira a assertiva.

III. A afirmação é falsa justamente devido ao fato de o catálogo exercer a função oposta, ou seja, ele é considerado um instrumento de comunicação por ser responsável por informar ao usuário a respeito dos documentos existentes na biblioteca e a pertinência a sua necessidade.

IV. A afirmativa é falsa, visto que a uniformidade das informações é um fator preponderante ao se preparar o catálogo de uma unidade de informação. Uniformidade e consistência das entradas de nomes pessoais, títulos uniformes e nomes de entidades coletivas são o que qualificam esse instrumento como efetivo e eficiente, permitindo que itens da coleção sejam encontrados por meio dos atributos e relações entre recursos.

V. O catálogo permite identificar um item por meio da sua descrição, embasado nos parâmetros e normas de representação descritiva daquilo que o item informacional contém, ratificando que o item descrito corresponde ao procurado e assinalando diferenças entre dois ou mais itens análogos. A afirmativa, portanto, é falsa.

1.6.5 Códigos de catalogação

A partir do século XX, é observada a existência de vários códigos nacionais de catalogação na Alemanha, França, Espanha, Bélgica, Holanda, Itália, Vaticano, Suíça, Áustria e países escandinavos. Em 1908, a segunda edição das *Instruções prussianas* coincidiu com a publicação do código da *American Library Association (ALA*). Todavia, só em 1936 elas tiveram o reconhecimento internacional, quando foram usadas na compilação do *Catálogo Coletivo Prussiano* e do *Catálogo Coletivo da Alemanha*.

Os bibliotecários alemães queriam que suas regras fossem uniformes com as regras da *ALA*. Então, constituíram uma Comissão, tendo como primeira atividade a tradução, feita pelo bibliotecário *Andrew Osborn,* do *Código prussiano* para a língua inglesa, em 1938, e o estudo comparativo dos códigos, por *J. C. Hanson*, em 1939.

A primeira edição do código da *ALA*, com o título *Condensed rules for an author and title catalog,* foi publicada em 1883, e a segunda edição, em 1949, em dois volumes: *ALA cataloging rules for author and title entries,* referente a entradas e cabeçalhos, e *Rules for descriptive cataloging in the Library of Congress (LC),* relativo à parte descritiva.

Curiosidade

Figura 17 – *ALA Cataloging Rules for Author and Title Entries*

ADVISORY BOARD

A.L.A. Cataloging Rules, Second Edition

Rudolph Gjelsness

Evelyn M. Hensel — Mary Hays Marable
M. Ruth MacDonald — Lucile M. Morsch
Harriet D. MacPherson — Arnold H. Trotier

(ex officio) Ethel Bond, *President*
American Library Association
Division of Cataloging and Classification

A. L. A.
Cataloging Rules for
Author and Title
Entries

Prepared by the Division of Cataloging and Classification *of the* American Library Association

SECOND EDITION

Edited by
CLARA BEETLE

American Library Association
Chicago, 1949

Fonte: *Internet Archive* (2006).[12]

Se você quiser acessar o primeiro volume do código (Figura 17), ele está disponível no seguinte endereço: <https://archive.org/details/alacatalogingrul007642mbp>.

Segundo *Alice Príncipe Barbosa*:

> Este volume referente à catalogação descritiva apresentou a grande inovação, em relação aos códigos existentes, de possuir uma introdução contendo os objetivos da catalogação descritiva e os princípios em que se devia fundamentar sua aplicação. Nada é preciso dizer sobre seu sucesso. Dele existe, inclusive, uma tradução em língua portuguesa, por Maria Luisa Monteiro da Cunha, divulgada pela própria *LC* em 1956. (BARBOSA, 1978, p. 37).

Em 1901, a *Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos*, ou *Library of Congress (LC)*, em inglês, começou a impressão e a venda de fichas catalográficas para quaisquer bibliotecas que solicitassem esse serviço, às quais bastava acrescentar os cabeçalhos. A justificativa se baseava no fato de que não havia necessidade de as bibliotecas fazerem a catalogação de seus livros, resultando, assim, no início de uma tentativa substancial de padronização, tendo em vista que as fichas eram rigorosamente idênticas.

Ficha catalográfica – é uma ficha que contém as informações bibliográficas necessárias para identificar e localizar um livro ou outro documento no acervo de uma biblioteca. Ela é de papel resistente, medindo 7,5 cm de altura por 12,5 cm de largura – dimensões padronizadas internacionalmente – e apresenta um orifício no centro da margem inferior, por onde é presa na gaveta do fichário quando arquivada.

[12] Disponível em: <https://archive.org/details/alacatalogingrul007642mbp>. Acesso em: 4 maio 2020.

Figura 18 – Modelo de ficha catalográfica de livro com descrição de suas áreas

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde.
Política Editorial do Ministério da Saúde : diretrizes [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde ; Conselho Editorial do Ministério da Saúde. – 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.
130 p. : il. ; 27 cm. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

Política Editorial do Ministério da Saúde, definida pelo Conselho Editorial (Coned) e instituída por meio da Portaria MS n. 1.722, de 2 de setembro de 2003.
Modo de acesso: World Wide Web: <www.saude.gov.br/editorams>

ISBN 978-85-334-0821-8

1. Política editorial do Ministério da Saúde. 2. Produção editorial. 3. Serviços de informação. I. Conselho Editorial do Ministério da Saúde. II. Título. III. Série.

CDU 614

Catalogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2012/0022

Fonte: Brasil (2015).

As fichas catalográficas (Figura 18) foram desenvolvidas para se constituírem nos catálogos manuais das bibliotecas. Um exemplo de um catálogo, com um conjunto de fichas catalográficas, pode ser visualizado na Figura 19, a seguir:

Figura 19 – Conjunto de fichas catalográficas

Fonte: *Wikimedia Commons* (2005).[13]

Segundo *Mey* (1995), quando as fichas começaram a ser impressas, a *ALA* nomeou uma comissão para estudar as regras adotadas pela *LC*. Em colaboração com a *Library Association* da Inglaterra, a *ALA* publica a primeira edição de seu código em 1908, utilizando regras de *Panizzi*, *Cutter*, *Jewett* e *LC*, que se intitulou *Cataloging rules: author and title entries* (*Regras de catalogação: entradas de autores e títulos*).

O *Código da ALA* foi amplamente aceito na América, assim como a segunda edição das *Instruções prussianas*, em 1908, na Europa.

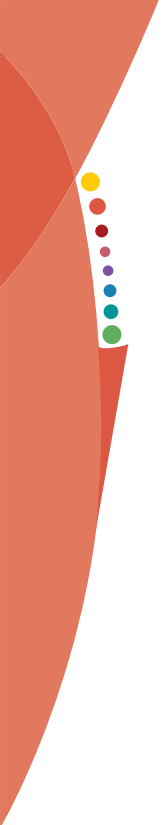
[13] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Schlagwortkatalog.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

Nesse mesmo período, o *Código da Vaticana,* intitulado *Norme per it catalogo de glistampati* (*Normas para o catálogo de impressos*), foi redigido para atender à reorganização da *Biblioteca Apostólica Vaticana* (1920), baseado no *Código da ALA* de 1908. Esse código foi bem aceito após sua tradução para vários idiomas da América Latina, sendo ainda usado em algumas de nossas bibliotecas.

O *Código da Vaticana* é dividido em quatro partes, "além de regras para entradas e catalogação descritiva, outras relativas a redação de cabeçalhos de assunto e arquivamento de fichas, não encontradas em outros códigos", segundo *Barbosa* (1979, p. 40).

Multimídia

Biblioteca Apostólica do Vaticano

Figura 20 – *Biblioteca Apostólica do Vaticano*

Fonte: *Wikimedia Commons* (2007).[14]

A *Biblioteca Apostólica do Vaticano* (Figura 20), criada em 1475, é uma das mais antigas do mundo e contém uma das coleções mais importantes de textos históricos: 75 mil códices e 1,1 milhão de livros impressos.

Vamos visitar e conhecer a *Biblioteca Apostólica Vaticana*? Acesse o endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=Xg2tZF-Gp3YU>.

[14] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sistinehall.jpg>. Acesso em: 4 maio 2020.

O *Código da Vaticana* exerceu enorme influência na biblioteconomia brasileira a partir de 1940, primeiramente em sua edição em espanhol e, depois, nas duas edições em português (1949 e 1962), até 1969. Ensinava-se a "Vaticana" na escola de Biblioteconomia do Rio de Janeiro (cursos da *Biblioteca Nacional*), sendo adotada por inúmeras bibliotecas, e ainda hoje existem algumas que a usam. Paralelamente, a escola de biblioteconomia de São Paulo, iniciada no *Colégio Mackenzie* em 1929 e de nítida influência norte-americana, optou por ensinar o *Código da ALA*, segundo *Mey* (1995).

Muitos esforços foram envidados para a criação de um código brasileiro ou para países de língua portuguesa, entre 1934 e 1963. Todavia, as ideias não progrediram, tendo sido desenvolvidas apenas normas para cabeçalhos de nomes em língua portuguesa.

Destaca-se, em 1970, a obra *Catalogação simplificada*, de *Cordélia Robalinho Cavalcanti*, utilizada em muitas bibliotecas como o *Código brasileiro*. Porém, o mundo trilhava para a padronização e a tendência era ter um código com pontos comuns, principalmente com os avanços tecnológicos.

A Conferência de Paris ou Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, em 1961, foi o primeiro evento para normalização e padronização em nível internacional na catalogação, com o objetivo principal de uniformizar as regras de entradas e cabeçalhos principais. Após essa conferência, vários códigos sofreram modificações.

Barbosa (1978, p. 42) apresentou algumas resoluções da Conferência:

> que os delegados e comissões nacionais promovessem, em seus países, a maior publicidade possível para o Texto dos Princípios, não só entre bibliotecas, mas também entre editoras, livreiros e autoridades responsáveis;
>
> que países pertencentes à mesma área linguística deveriam elaborar seus códigos ou rever os já existentes, de acordo com os princípios estabelecidos, e adotar esses mesmos princípios na elaboração de suas bibliografias nacionais.

Ainda na conferência, foram estabelecidos os itens para escolha e formas de cabeçalhos de entrada:

a) objetivos;

b) funções do catálogo;

c) estrutura de um catálogo;

d) tipos de entrada;

e) uso de entradas múltiplas;

f) funções dos diferentes tipos de entrada;

g) escolha do cabeçalho uniforme;

h) autor pessoal e individual;

i) entrada coletiva;

j) autoria múltipla;

k) obras que entram pelo título;

l) cabeçalhos de entrada para autores individuais.

Em 1967, publicou-se a primeira edição das *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR) (*Regras de catalogação anglo-americanas,* em português), que representa as interpretações das regras de catalogação em conjunto com a *ALA*, a *Canadian Library Association* e a *Library Association* (Inglaterra).

Em 1969, a *AACR* foi editada no Brasil, com a tradução para o português da versão americana, intitulada *Código Anglo-Americano de Catalogação,* seguida de uma segunda edição, em 1978, conhecida como *AACR2*, que passou a ser adotada em todas as escolas de Biblioteconomia, e consequentemente, extinguiu a diversidade de códigos no ensino.

Outro evento que marcou o caminho para a padronização foi a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague, em 1969. *Michael Gorman*, especialista em catalogação, apresentou um documento básico à RIEC, denominado *International Standard Bibliografic Description* (*Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada* ou ISBD) que padronizava as informações contidas na descrição bibliográfica.

Resumindo, a função do catálogo é transmitir as mensagens codificadas pelo processo de catalogação relativo a um ou vários acervos. Porém, pode-se dizer que o catálogo cumpre suas funções com as seguintes características: "integridade, clareza, precisão, lógica e consistência" (MEY, 1995, p. 7). Essas características dependem do catalogador, de forma que não se prejudique a recuperação de um item documentado pelo usuário. São as seguintes:

a) **integridade:** significa fidelidade, honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação. Por exemplo, se não há certeza da data de publicação, o catalogador acrescenta um ponto de interrogação [?], indicando a dúvida.

   Exemplo: Rio de Janeiro: Editora X, [1975?].

b) **clareza:** significa que o código utilizado deve ser compreensível aos usuários. Por exemplo, se estivermos em uma biblioteca infanto-juvenil, os termos representativos dos assuntos deverão se adequar a seu público.

   Exemplo: SELOS (e não FILATELIA).

c) **precisão:** significa que, no código utilizado, cada informação só pode representar um único dado ou conceito, sem dar margem à confusão entre as informações.

   Exemplo: Rio de Janeiro: Editora X, 1984.

d) **lógica:** significa que as informações devem ser organizadas de modo lógico. Por exemplo, na descrição do item, vai-se do mais importante (título e autor) para o mais detalhado (dados de publicação e paginação, entre outros);

e) **consistência:** significa que a mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes. Por exemplo, se a biblioteca decidir que a recuperação dos nomes pessoais se fará pelo prenome, e não pelo sobrenome, como é feito usualmente, todos os itens deverão ter seus autores assim representados.

   Exemplo: Pedro José da Cunha Bastos (e não Bastos, Pedro José da Cunha)

Mas como fazer a descrição de um documento? Aleatoriamente? Com certeza, não. Para a realização da representação descritiva de um documento, existem regras e códigos que devem ser seguidos com a finalidade da normatização e padronização do processo de catalogação para um futuro intercâmbio de dados. Nas próximas unidades, vamos conhecer a adoção de códigos e padrões internacionais para a descrição bibliográfica que estejam em consonância com os objetivos e metas internacionais de catalogação.

Na década de 1970, com o advento da tecnologia e dos serviços computacionais, deu-se início aos processos de catalogação utilizando recursos tecnológicos, não sua automação propriamente dita. É o caso dos projetos *Machine Readable Cataloging* (MARC).

A partir dessa década, a *IFLA* iniciou um processo de revisão de seus princípios de catalogação. Os relatórios apresentaram um novo modelo conceitual, denominado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, em português), que se tornou a base para os novos rumos da padronização catalográfica estabelecida pela *Resource Description and Access (RDA)* (*Recursos: Descrição e Acesso*, em português).

Em 1990, ocorreu o Seminário de Estocolmo sobre registros bibliográficos, onde foram discutidas as necessidades de diminuir os custos de catalogação, a importância de suprir as necessidades dos usuários e de resolver os problemas ocasionados pelo uso de diferentes suportes.

Nas próximas unidades, conheceremos a catalogação em sistemas automatizados: o FRBR e o *RDA*.

1.6.6 **Atividade**

Você estudou que a função do catálogo é transmitir as mensagens codificadas pelo processo de catalogação relativo a um ou vários acervos. Porém, pode-se dizer que o catálogo cumpre suas funções com as seguintes características: integridade, clareza, lógica e consistência (MEY, 1995). Relacione a coluna das características com a coluna que oferece as explicações de cada uma:

(A) CONSISTÊNCIA

(B) CLAREZA

(C) LÓGICA

(D) INTEGRIDADE

(E) PRECISÃO

( ) As informações devem ser organizadas de modo coerente.

( ) O código utilizado só pode representar um único dado ou conceito, sem dar margem à confusão entre as informações.

( ) A mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes.

( ) O código utilizado deve ser compreensível aos usuários.

( ) É necessário fidelidade e honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação.

Resposta comentada

Gabarito: C – E – A – B – D.

1.6.7 Vamos conhecer um pouco sobre o controle bibliográfico?

Figura 21 – Uma infinidade de documentos para catalogar

Fonte: *Pixabay* (2015).[15]

Como vocês estão vendo, os catálogos desenvolvidos nas bibliotecas foram os principais instrumentos de controle e registro das publicações dos acervos ou coleções. Nesse sentido, após a invenção da imprensa, começaram as tentativas de registrar a totalidade dos documentos publicados no mundo.

Mas como controlar esses documentos publicados no mundo?

Define-se controle bibliográfico como um sistema mundial de controle e troca de informações bibliográficas, de modo a tornar disponíveis, rapidamente, e em forma internacionalmente aceitável, os dados bibliográficos sobre todas as publicações, editados em todos os países.

Desde a invenção da imprensa de *Gutenberg* até a chamada explosão bibliográfica, vêm se estudando maneiras, formas de organização e controle de materiais bibliográficos, com o intuito não apenas de preservação da memória cultural, mas também de acessibilidade e disponibilidade para gerações futuras.

As primeiras tentativas de controle bibliográfico começaram a ser desenvolvidas por organizações a partir da década de 1970. Eram programas que visavam à consecução do controle da produção intelectual em âmbito nacional e internacional, aprimorando as atividades de organização bibliográfica.

Em 1977, foram propostas as diretrizes para o programa denominado CBU, desenvolvido pela *UNESCO* e a *IFLA*, com o objetivo de tornar

[15] Disponível em: <https://pixabay.com/pt/livros-biblioteca-educação-768426>. Acesso em: 4 maio 2020.

disponíveis universalmente, sob a forma tradicional aceita, os dados bibliográficos de todas as publicações editadas em seus respectivos países. Para isso, foram estabelecidos padrões, além de cada país tornar-se responsável por seu controle.

Bibliografia nacional – Lista de publicações de um país.

Assim, cada país seria responsável pela descrição bibliográfica padronizada e pela divulgação, por meio da bibliografia nacional, das publicações ali editadas. Ao estabelecê-lo, *UNESCO* e *IFLA* previam que seria um projeto de longo prazo, a partir do qual cada país buscaria progressivamente fazer uso das novas tecnologias de informação para aperfeiçoar o controle bibliográfico em seu âmbito de ação, sendo diferentes os estágios de desenvolvimento e os patamares de organização bibliográfica e de contribuição de cada um (CAMPELLO, 2006).

Curiosidade

Curiosidades sobre bibliografias

Em 1494, foi publicada a primeira bibliografia, intitulada *Liber de scriptoribus ecclesiasticis*. Mais de cem anos depois, em 1545, publicou-se a primeira bibliografia universal (*Biblioteca universalis*, de *Conrad Gesner*), e em 1549, o escrivão inglês *John Bale* publicou a primeira bibliografia nacional.

A bibliografia nacional, no Brasil, teve origem com o *Boletim das Acquisições mais Importantes Feitas pela Bibliotheca Nacional* (1886), organizada pelo bibliotecário *João de Saldanha da Gama* (1835-1889) (CAMPELLO, 2006).

Os princípios do CBU foram consolidados no século XX, por programas e projetos internacionais, o que possibilitou a uniformidade na descrição bibliográfica dos documentos publicados, assim como a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris, em 1961, patrocinada pela *UNESCO* e organizada pela *IFLA*.

A *IFLA*, em 1961, durante a Conferência de Paris, criou o programa básico, CBU, com a finalidade de promover um sistema mundial de controle e intercâmbio de informação bibliográfica. Como resultado, seria possível que apenas um registro bibliográfico fosse produzido para cada documento editado pelos países (GARRIDO ARILLA, 1999).

A contribuição da catalogação nesse processo está no desenvolvimento das normas para descrição bibliográfica (sobre as quais trataremos adiante) e nos serviços de catalogação na publicação.

Conforme recomendação da *UNESCO*, os serviços dos programas de catalogação na publicação devem ser efetuados pela *Agência Bibliográfica Nacional* ou *Biblioteca Nacional*, juntamente com as editoras, que devem enviar a prova tipográfica do livro em tempo suficiente para a descrição do registro antes de a obra ser publicada.

Campello e *Magalhães* (1997, p. 54) recomendam o que deve constar na catalogação na publicação:

a) que sejam identificados claramente os registros de catalogação prévia incluídos na bibliografia nacional, utilizando-se, para isso, números de controle, código ou símbolo, de modo a diferenciar a catalogação provisória da definitiva;

b) que se inclua esclarecimento sobre a substituição dos registros da catalogação prévia pelos definitivos;

c) que se utilize a ISBD para a descrição bibliográfica;

d) que sejam incluídos o ISBN, no caso de livros, e o ISSN, no caso de publicações seriadas;

e) que sejam utilizados sistemas internacionais de classificação, como a CDU ou a CDD, para identificação do assunto do livro.

1.6.8 Atividade

Complete a cruzada:

1. Referências de publicações editadas no mundo inteiro, abrangendo todas as áreas do saber.
2. Cada unidade que compõe as coleções das bibliotecas: livros, periódicos, mapas etc.
3. Forma como é mais comumente chamada a biblioteca da Santa Sé, localizada na Cidade do Vaticano.
4. Um dos fundadores do *Institut International de Bibliographie (IIB),* atual *Federação Internacional de Informação e Documentação (FID).*
5. Publicado em 1883, com o título *Condensed rules for an author and title catalog*, com segunda edição em 1949.
6. Cada uma das partes encadernadas separadamente de uma obra.
7. Sobrenome do bibliotecário americano, primeiro a elaborar os objetivos do catálogo.
8. Resultante do trabalho dos belgas *Paul Otlet* e *Henri La Fontaine* visando reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando uma rede internacional de informação.

9. Manuscritos gravados em madeira, em geral do período da Antiguidade tardia até a Idade Média. *Manuscritos do Novo Mundo* foram escritos por volta do século XVI.

10. Um dos principais processos de tratamento técnico, sendo também conhecida como representação descritiva ou descrição bibliográfica.

Resposta comentada

Solução da cruzada:

RESUMO

O percurso histórico da catalogação e dos catálogos como instrumento de mediação das bibliotecas é um fato que impulsionou o desenvolvimento da organização da informação.

Chamam-se organização da informação os processos que envolvem a descrição dos materiais que farão parte do acervo de uma unidade de informação. Essa descrição pode ser de dois tipos: do suporte físico e do conteúdo.

O catálogo deixou de ser uma simples lista organizada de documentos e, dessa forma, se tornou um instrumento de comunicação responsável por informar ao usuário a respeito dos documentos existentes na biblioteca e da pertinência de sua necessidade.

Os problemas enfrentados pelos bibliotecários durante a construção dos catálogos das bibliotecas com grandes acervos contribuíram na elaboração das primeiras iniciativas de padronização.

O tratamento documentário do suporte material, objeto da Representação Descritiva ou Catalogação, visa elaborar a descrição normalizada de aspectos físicos do documento, permitindo seu acesso.

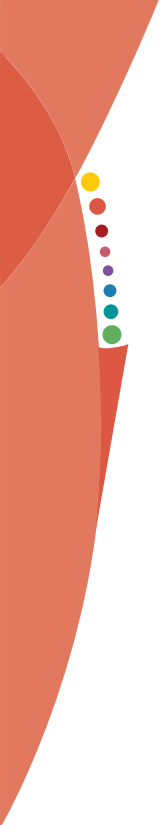
A partir desse percurso histórico, percebe-se que não bastava mais apenas inventariar a informação, mas sim representá-la com o propósito de criar estruturas eficazes para sua busca e recuperação pelos usuários.

Sugestão de Leitura

DIAS, Antonio Caetano. **Elementos de catalogação**. Rio de Janeiro: ABB, 1967.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de princípios internacionais de catalogação**. Paris: IFLA, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2016.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Não brigue com a catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2003.

TOLENTINO, Vinicius de Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 2-18, maio/ago. 2016.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1978.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Procedimentos para normalização de publicações do Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/procedimentos_normalizacao_ministerio_saude_1edicao.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 43-53, 1987.

MEY, Eliane Serrão Alves. Breve histórico dos catálogos e da catalogação. In: MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, N. C. **Introdução à catalogação**. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, 1995.

SANTOS, Josiel M. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao renascimento. **Vida de ensino**, Rio Verde, v. 1, n. 1, p. 1-10, ago./fev. 2010.